

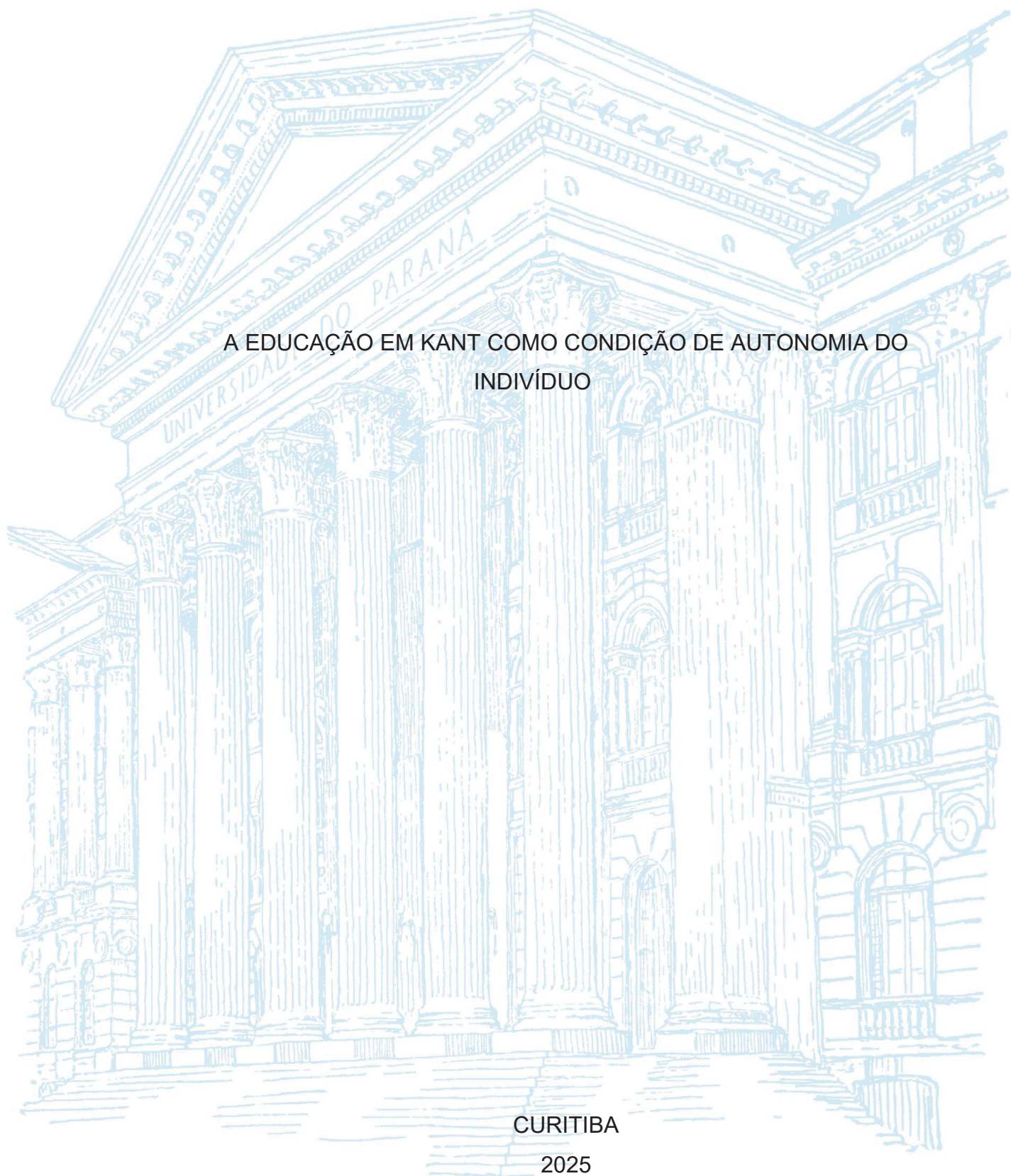
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSÉ ODAIR DE OLIVEIRA JUNIOR

A EDUCAÇÃO EM KANT COMO CONDIÇÃO DE AUTONOMIA DO
INDIVÍDUO

CURITIBA

2025



JOSÉ ODAIR DE OLIVEIRA JUNIOR

A EDUCAÇÃO EM KANT COMO CONDIÇÃO DE AUTONOMIA DO
INDIVÍDUO

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Filosofia da educação, Setor de educação e prática, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Filosofia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Celso de Moraes Pinheiro

CURITIBA

2025

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ ODAIR DE OLIVEIRA JUNIOR

A EDUCAÇÃO EM KANT COMO CONDIÇÃO DE AUTONOMIA DO INDIVÍDUO

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Filosofia da Educação, Setor de Educação e Prática, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em filosofia da educação.

Prof(a). Dr(a)/Msc. _____

Orientador(a) – Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)/Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)/Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Cidade, __ de _____ de 2025.

*Dedico este trabalho especialmente à minha esposa
Rafaely da Silva Araujo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao professor Dr. Celso de Moraes Pinheiro pelas orientações e atenção dada no decorrer de toda a pesquisa;

Agradeço aos demais professores que participaram ativamente da minha formação;

Agradeço à instituição Universidade Federal do Paraná, como um todo pela estrutura fornecida;

Agradeço à coordenação do curso pela disponibilidade e prestatividade;

Agradeço à minha família como um todo pelo apoio fornecido no decorrer da graduação;

Agradeço em especial a minha esposa, pois sem o apoio e encorajamento dela a finalização deste projeto não seria possível.

“Sapere aude! Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, tal é portanto a divisa do Esclarecimento.” (KANT, 2005, p. 63)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar o pensamento kantiano no que se relaciona com a educação, colocando em destaque as ideias do autor sobre a possibilidade de um projeto pedagógico que seja ainda relevante para a atualidade, mesmo após mais de 250 anos de falecimento do autor. Para cumprir tal tarefa terá como centralidade a obra *Sobre a pedagogia*, logo que esta trata propriamente sobre uma estrutura educacional apresentada pelo autor. Junto a isso o trabalho empreende analisar de que forma tal modelo educacional interfere na formação do sujeito e se o mesmo garantiria ao ser humano condições possíveis de se desenvolver em conformidade as possibilidades da própria espécie, ou seja, apresentaremos como Kant visa germinar por meio da educação as habilidades necessárias para que o ser humano conquiste a sua concretude, logo, permitindo ao sujeito o bem gerir de sua liberdade, para que assim o seu agir não esteja condicionado por suas inclinações e desejos. Isto é, que munido de sua racionalidade consiga estabelecer a sua moralidade verdadeiramente autônoma.

Palavras-chave: Kant; educação; racionalidade; moralidade; autonomia.

ABSTRACT

This study aims to investigate Kantian thought in relation to education, highlighting the author's ideas on the possibility of a pedagogical project that remains relevant today, even more than 250 years after his death. The central focus will be the work *On Pedagogy*, as it specifically addresses an educational structure proposed by Kant. In addition, the study seeks to analyze how such an educational model influences the formation of the individual and whether it would provide human beings with the necessary conditions to develop in accordance with the potentialities of their own species. In this sense, we present how Kant aims to foster, through education, the essential skills for human beings to achieve their concreteness—thereby allowing the individual to properly manage their freedom, so that their actions are not conditioned by inclinations and desires. That is, equipped with their rationality, the individual can establish a truly autonomous morality.

Keywords: Kant; education; rationality; morality; autonomy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 O INDIVÍDUO KANTIANO E A NECESSIDADE DO EDUCAR	4
2.1 SER HUMANO NO PENSAMENTO KANTIANO	5
2.2 NECESSIDADE DE EDUCAR.....	8
3 KANT E SEUS APONTAMENTOS ACERCA DA EDUCAÇÃO	16
3.1 DISCIPLINA COMO PRIMEIRA FERRAMENTA PEDAGÓGICA	16
3.2 EDUCAÇÃO PRÁTICA: SER HABILITADO, PRUDENTE E MORALIZADO	22
4 EDUCAR PARA A SOCIEDADE	28
4.1 AUTONOMIA MORAL	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

Immanuel Kant é um pensador seminal, somente para filosofia como para todo o conhecimento humano, logo que as ideias deste filósofo provocaram mudanças importantíssimas na forma que a própria humanidade compreende a realidade e a aquisição de conhecimento. Exatamente pelo fato de a filosofia do autor gerar impacto em diversas áreas do saber humano, devemos delimitar e especificar o objetivo a que este trabalho se pretende.

Portanto, esta pesquisa visa realizar uma investigação conceitual no pensamento kantiano, em específico nas ideias do autor acerca da educação, logo busca-se analisar as contribuições do autor para este campo, verificando principalmente em sua obra *Sobre a pedagogia*: qual estrutura educacional o autor empreende como adequada para o indivíduo; quais as ideias centrais para desenvolver tal formação; e o que se almeja verdadeiramente com este ser formado. Falando de outra forma, buscará analisar os escritos de Kant sobre a formação do ser humano e os processos educacionais estabelecidos pelo autor, na prerrogativa de apresentar a que se têm no horizonte de tal projeto educacional, isto é, qual ser humano Kant visa formar por meio de sua pedagogia.

É importante à delimitação, logo que coloca a necessidade de inquirir a respeito de como se insere o “educar” na sociedade, ou seja, buscar encontrar nos escritos kantianos os postulados apresentados pelo mesmo sobre o “desenvolver” do ser humano e a possibilidade de uma estrutura educacional ter caráter formador na aprendizagem desse indivíduo, buscará investigar como a visão kantiana a respeito da educação traz uma luz de destaque nesse quesito, em específico, colocando esta educação na função de catalisadora do potencial humano e viabilizadora do mesmo alcançar a sua liberdade, isto é, sua autonomia.

Assim sendo, este trabalho se dividiu em três capítulos, para facilitar a apropriação do leitor frente às ideias de Kant. O primeiro capítulo se responsabilizou por apresentar a concepção do pensador prussiano em relação ao próprio ser humano, isto é, conceitualizou nos moldes kantianos as características e estruturas específicas do “homo sapiens”. Logo, trouxe conceitos-chaves para interpretar e entender esse ser, apresentou os conceitos de racionalidade, inclinações, desejos e liberdade, pois são essas estruturas que tornam o ser humano uma criatura distinta frente às demais. Tais condições e as relações entre elas são o que tornam o

desenvolver do ser humano mais complexo do que o desenvolver de qualquer outra espécie, logo que ele mesmo se estrutura de maneira dicotômica. É exatamente por tal estrutura que, apresenta-se ainda no primeiro capítulo alguns argumentos kantianos acerca da necessidade de direcionamento para tal ser, pois sua própria estrutura não o permitiria alcançar suas potencialidades, isto é, o ser humano é o único ser que, para o autor, precisa ser orientado para que consiga se constituir em si mesmo, situação que é adversar as demais criaturas, pois somente munidas de seus instintos e configurações físicas, naturalmente alcançaram seu “propósito”.

Pelo fato do ser humano estar situado em ponto onde sem o auxílio de outro não se estabeleceria como deveria, cabe ao segundo capítulo deste trabalho apresentar os apontamentos de Kant acerca do seu projeto pedagógico e conceitualizar o mesmo. Dito isto, vale inquirir se o orientar do ser humano pode ser estabelecido naturalmente e conseqüentemente de qualquer forma ou se deve-se ter o devido cuidado com tal projeto, dado que é por meio do educar que se formará o ser humano. Evidentemente, pela educação ser algo necessário ao ser humano, ela não deve ser tratada de forma leviana, para tal, o autor estrutura seu método assentado sobre certos conceitos e etapas de desenvolvimento do indivíduo, logo, o segundo capítulo tratará dos conceitos como: disciplina, cultura, habilidade e prudência. Conceitos que estarão divididos, pois estão presentes em momentos distintos da educação kantiana, isto é, os dois primeiros pertencendo à educação física e os dois últimos à educação prática. Importante salientar que o projeto educacional kantiano tem suas divisões, mas todo o projeto é pensado para se complementar, isto é, cada etapa se estabelece em virtude das demais.

O projeto pedagógico ainda possui uma terceira etapa dentro da educação prática, que não será tratada dentro do segundo capítulo, pois se refere ao último ponto do desenvolvimento do indivíduo, ou melhor dizendo, cabe ao terceiro capítulo conceitualizar o que está no horizonte do projeto kantiano, isto é, o sujeito moralizado. Assim sendo, o terceiro capítulo investigará a qual moralidade Kant está pretendendo, partindo desde: a origem desta moral, qual o fundamento a sustenta e se tal moralidade é possível. Conseqüentemente buscará analisar o sujeito formado, concomitantemente apresentar por que o sujeito moralizado nos moldes do autor teria conquistado o que se empreende no projeto pedagógico kantiano e mais importante, por que tal estrutura educacional possibilitaria o que nos referimos como propósito humano, ou seja, sua autonomia.

Visa-se desta forma no âmbito acadêmico apresentar uma pesquisa clara e elucidativa, no limite que tal trabalho nos permite realizar, dos conceitos anteriormente citados de uma forma que viabilize o entendimento a respeito da educação em Kant e posteriormente tendo esta investigação como base para uma possível pesquisa acadêmica mais ampla.

2 O INDIVÍDUO KANTIANO E A NECESSIDADE DO EDUCAR

Para iniciar a discussão acerca da temática deste trabalho, isto é, antes de falar sobre uma apropriação das ideias de Kant acerca da educação e formação de um sujeito autônomo, deve-se primeiramente introduzir o leitor aos conceitos-chave do pensamento de Kant, em foco, no que tange à ideia de ser humano proposta pelo autor e conseqüentemente, por que tal ser diferentemente de toda outra espécie necessita de direção ou formação? Falando de outra forma, por que o sujeito kantiano necessita ser educado?

Portanto, esta primeira parte da pesquisa buscará sanar as questões acima citadas, para que fiquem evidenciadas as justificativas do autor acerca de que o trabalho educacional, mesmo sendo árduo, é imprescindivelmente um dever da humanidade. Tal afirmativa é plausível, pois as questões educacionais permeiam todo o pensamento do autor, desde obras célebres, como as três Críticas¹; ou em obras extraídas e compiladas a partir das aulas ministradas pelo pensador prussiano.

Afastar a questão da educação da filosofia de Kant é, portanto, um engano fatal. O processo de educação procura desvelar esse homem, fundamento para a postulação de uma sociedade que se pretenda justa. (PINHEIRO, 2009, p. 33)

Destaca-se então o dever de realizar uma análise dentro do pensamento de Kant do que se trata este “educar” e para qual “tipo” de sujeito esse processo é necessário. Para isto, teremos como fonte principal a obra intitulada *Sobre a pedagogia*², onde ele apresenta as etapas do educar e os procedimentos chaves para tal processo. Conseqüentemente relacionar tais procedimentos com postulados presentes em outras obras do autor, onde também se percebe a relevância do educar. Um exemplo claro disso segundo o comentador é:

Na Crítica da razão pura, obra seminal da filosofia crítica de Kant, já é possível constatar sua preocupação com as questões referentes à

¹ As três críticas, refere-se as seguintes obras: *Crítica da razão pura* publicada em 1781; *Crítica da razão prática* publicada em 1788; *Crítica do juízo* publicada em 1790. Destaca-se também como obras célebres a *Metafísica dos costumes* (1797), a *fundamentação da Metafísica dos costumes* (1785) e o texto *Resposta à pergunta: O que é o esclarecimento?* (1783).

² Quanto à obra *Sobre a Pedagogia* (1803), esta foi organizada e publicada postumamente por Theodor Rink, discípulo de Kant. Sua compilação baseou-se nas anotações das aulas de pedagogia ministradas por Kant na Universidade de Königsberg entre 1776 e 1787.

educação. Questões que vão ser imensamente caras a ele e que serão retomadas muitas vezes em sua obra, (...) nela lemos sobre os efeitos nocivos e a desordem que uma má educação ou que a falta de cultivo em um homem são capazes de introduzir na sociedade. (OLIVEIRA, 2004, p. 450)

Para adentrar nestas questões e relações deve-se primeiramente ter bem claro e elucidado o que seria o indivíduo segundo Kant, ou melhor dizendo, o que o ser humano é na concepção do autor e quais características o tornam tão único frente aos demais seres vivos.

2.1 SER HUMANO NO PENSAMENTO KANTIANO

Para compreender o ser humano, necessita-se ter claro a concepção primeira de Kant acerca do mesmo, ou seja, o ser humano possui uma característica que é única a ele, isto é, a “razão”, entretanto, mesmo que tal estrutura exista no indivíduo, ela carece de direção e estímulo para se desenvolver de forma adequada, ou melhor dizendo, para germinar no sujeito as possibilidades que o mesmo possui.

Por que se faz necessária tal direção? Precisamos orientar o ser humano pelo fato deste possuir, além da razão, uma “natureza animal”, que o autor se refere como “animalidade”, ou seja, inclinações e desejos frente ao mundo, este traço natural do indivíduo o desvia da racionalidade ou atua sobre a razão a tornando contaminada e mal-intencionada, tanto subjetivamente quanto coletivamente. Para tanto, Kant traz o conceito de disciplina³ (que será discutido mais adiante neste trabalho) com o intuito de evitar tal desvio, ou seja, é somente por meio da influência de outro que o sujeito pode ser iniciado no que Kant intitula de humanidade. Nas palavras de Immanuel Kant: “A espécie humana é obrigada a extrair de si mesma pouco a pouco, com suas próprias forças, todas as qualidades naturais, que pertencem à humanidade. Uma geração educa a outra. (KANT, 1999, p. 11).

Dito isso, pode-se compreender que tanto no aspecto individual quanto coletivo, a ideia de ser humano e de humanidade são necessariamente construídas e desenvolvidas no decorrer da história, pois, é com a transição das gerações que a sociedade vai se estabelecendo. Deixando claro que tal desenvolvimento não ocorre só em sentido de melhor ou como se houvesse uma determinação “natural” que o

³ A função primeira que o autor dá é a seguinte: “A disciplina é o que impede o homem de desviar-se do seu destino, de desviar-se da humanidade, através das suas inclinações animais.” (KANT, 1999, p. 11).

ser humano e conseqüentemente a sociedade pode um dia estabilizar em uma forma final, ou seja, concluir-se em seu *telos* (destino/finalidade), se apropriando de um termo grego.

Este processo contínuo de educar a geração futura em um momento pode ser positivo e garantidor do desenvolver humano, porém em outro momento ele pode ser um entrave para o “aprimoramento” humano, evidentemente deve-se assimilar como identificar o que seria um orientar⁴ positivo ou negativo deste processo, entretanto se faz necessário examinar o porquê do indivíduo que possui naturalmente uma estrutura racional, que possibilita a ele se afastar das inclinações e de uma má conduta, ainda assim, acaba por prejudicar a si mesmo e toda sua espécie.

O homem, com efeito, afetado por tantas inclinações, é na verdade capaz de conceber a ideia de uma razão pura prática, mas não é tão facilmente dotado da força necessária para a tornar eficaz in concreto no seu comportamento. (KANT, 2007, p. 16)

E é sobre tal fraqueza que está o “grilhão” do desenvolver humano, mesmo que o indivíduo conceba, por exemplo a ideia de “Bem” ainda sim terá dificuldades de buscá-lo, pois suas inclinações e desejos podem e vão contra, muitas vezes, essa própria ideia.

Para se afastar de qualquer obscuridade, e assegurando o esclarecimento da ideia de ser humano construída pelo autor, percebe-se que o sujeito está o tempo todo sendo influenciado pelos seus desejos e inclinações, ou seja, suas vontades mais animais e brutas.

Os problemas oriundos dessas questões deverão ser lidos a partir das considerações sobre os dois lados que dividem o homem, a saber, o sensível e o inteligível. Se o sensível aproxima o mal, através dos vícios, dos maus costumes e até da preguiça, o inteligível é capaz de afastar o homem do mal, dando a ele a consciência de que sua vontade é livre e que é dotado de uma faculdade de razão prática⁵. (PINHEIRO, 2009, p. 42)

E a ferramenta que o sujeito tem contra tal força seria sua racionalidade, porém só funcionaria de maneira adequada se a mesma tivesse bem instruída e “habilmente trabalhada”. A razão, analogamente, enquanto ferramenta deve ser

⁴ A questão do orientar para Kant é tema central neste trabalho e não cabe agora discutir sobre a boa e má orientação, mas tal colocação será apresentada posteriormente nesta pesquisa

⁵ Conceito chave dos postulados sobre ética, é o produto final do educar do homem, quando ele fundamenta sua ação no valor moral e não somente no hábito ou desejo.

afiada, polida e bem cuidada, para assim estabelecer uma boa ferramenta, evidentemente junto a isso, aquele que a usa (o ser humano) deve também saber como fazer, isto é, deve o sujeito desenvolver as habilidades e o hábito de utilizá-la.

Agora que a compreensão destas duas características fundamentais do ser humano kantiano foram apresentadas, deve-se colocar no horizonte investigativo mais um item que é singular do indivíduo frente aos outros seres. Isto é, a liberdade⁶, antes de a definirmos pelas palavras do autor, deve-se primeiramente salientar o quanto tal característica interfere no sujeito e que deve sempre a considerá-la como influente dentro do agir humano.

Deixando este ponto mais conceitualizado, para o autor a liberdade é natural ao indivíduo, ou seja, faz parte constituinte do ser.

Mas o homem é tão naturalmente inclinado à liberdade que, depois que se acostuma a ela por longo tempo, a ela tudo sacrifica. Ora, esse é o motivo preciso, pelo qual é conveniente recorrer cedo à disciplina; pois, de outro modo, seria muito difícil mudar depois o homem. Ele seguiria, então todos os seus caprichos. (KANT, 1999, p.13)

Mesmo que o ser humano tenha essa inclinação natural à liberdade ele deve desenvolvê-la, assim sendo, fica demasiado evidente como o autor traz o conceito de disciplina como o primeiro movimento educacional para o sujeito, em específico para orientar tal liberdade, isto é, a liberdade, assim como o ser humano deve ser educada e orientada, primeiramente por meio da disciplina, dado que “a disciplina transforma a animalidade em humanidade.” (KANT, 1999, p.12). Para que então o sujeito consiga ser senhor dela e não o contrário, controlado por ela.

Dito isto, destaca-se que tal liberdade é assim como a razão necessária para o sujeito se bastar em si mesmo, concomitantemente a isso ela deve ser orientada e humanizada, pois, segundo o próprio autor a liberdade sem as leis é pura selvageria e brutalidade.

A selvageria consiste na independência de qualquer lei. A disciplina submete o homem às leis da humanidade e começa a fazê-lo sentir a força das próprias leis. Mas isso deve acontecer bem cedo. Assim, as crianças são mandadas cedo à escola, não para que aí aprendam alguma coisa, mas para que aí se acostumem a ficar sentadas tranquilamente e a obedecer pontualmente àquilo que lhes é mandado, a fim de que no futuro elas não

⁶ O conceito liberdade está sendo usado aqui no sentido corrente do termo, pois, a liberdade em Kant enquanto ideal só pode ser alcançada no sujeito autônomo, assim sendo, a definiremos de forma categórica posteriormente.

sigam de fato e imediatamente cada um de seus caprichos. (KANT, 1999, p. 13)

Este “reconhecer o valor da própria lei” terá papel fundamental no projeto de sujeito kantiano, isto é, tal reconhecimento é fundamental para avaliarmos a formação do sujeito, ou seja, se o processo educacional está sendo bem executado e cumprindo seu papel. Percebe-se também que a escola no primeiro momento deve preocupar-se muito mais com a disciplina do que com o um processo escolástico.

Portanto, é bastante claro que o autor coloca a espécie humana como possuidora de certas características e condições que a tornam singular, em consonância a isso estas características estão inseridas em todo ser humano no estado de potência, devemos nos esforçar para concretizá-las em ato, isto é, nos humanizarmos; existir propriamente dito enquanto “ser humano”. É sobre tal desenvolver de habilidades que repousa a necessidade da educação.

2.2 NECESSIDADE DE EDUCAR

O homem é a única criatura que precisa ser educada. Por educação entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação. Consequentemente, o homem é infante, educando e discípulo. (KANT, 1999, p. 11)

Evidencia-se na citação acima que Kant atribui muita importância à educação, também é perceptível que o autor apresenta que este educar se inicia desde muito cedo e progride com o amadurecimento da criança. Portanto, é necessário compreender, mesmo que em linhas gerais, o porquê deve-se educar desde cedo e os motivadores para a continuação do desenvolvimento humano pela educação. Dito isto, será apresentado os motivos da necessidade de formar o sujeito e como tal processo deve se desenvolver, ou seja, quais aspectos formadores do ser humano é responsabilidade da “arte de educar”.

Para dar significado ao trabalho deve-se aproximar o pensador da realidade atual, ou seja, refletir a partir da contemporaneidade, dado que somente conhecendo qual educação se tem na atualidade, pode-se discutir acerca de como Kant poderia contribuir positivamente para tal processo/projeto educacional. Primeiro, destaca-se que hoje existe, pelo menos no ambiente legal, a educação como direito universal, mesmo que ainda esteja-se distante da “legitimidade” de tal afirmação, isto é, mesmo que exista todo o amparo legal que garante educação a todas e todos os

cidadãos, um dos principais problemas educacionais é o da evasão e\ou exclusão escolar⁷ por exemplo, ou seja, indivíduos que têm direito assegurado, porém, motivado por outros fatores se encontram excluídos deste processo, ou inseridos em um processo precário, impossibilitando a concretização da formação educacional e da própria lei. Esta falta de acesso ou desestruturação de um sistema educacional tem papel chave na piora ou melhora da sociedade como um todo, logo que é por meio da educação que se viabiliza a formação dos indivíduos que atuarão enquanto cidadãos dentro da sociedade, ou seja, se não houver a devida atenção a este processo, atenção esta que deveria ser capital, conseqüentemente incidirá em uma sociedade que invariavelmente não terá condições de alcançar o que o autor chama de “destinação” da própria humanidade, isto é, para Kant, somente a educação possibilitaria, tanto ao ser humano quanto à sociedade da qual ele participa, constituir-se realmente em si.

O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. ele é aquilo que a educação dele faz. Note-se que ele só pode receber tal educação de outros homens, os quais a receberam igualmente de outros. Portanto, a falta de disciplina e de instrução em certos homens os torna mestres muito ruins de seus educandos. (KANT, 1999, p. 15)

Kant, além de colocar a educação como uma “pedra de toque” do valor da sociedade, ele a estabelecia como um projeto em construção, isto é, seu desenvolver depende necessariamente das gerações passadas, e que quanto mais precário a sociedade forma seus cidadãos, mais fragilizada ela se desenvolve. Lembrando que o autor viveu na Prússia durante o século XVIII, ou seja, sobre forte influência iluminista, assim sendo, este processo mesmo havendo certos entraves, na visão do autor ainda tenderia o seu “caminhar” de forma positiva e cada geração aprimorando tal processo, nas palavras do autor:

Por isso, a educação não poderia dar um passo à frente a não ser pouco a pouco, e somente pode surgir um conceito da arte de educar na medida em que cada geração transmite suas experiências e seus conhecimentos à geração seguinte, a qual lhe acrescenta algo de seu e os transmite à geração que lhe segue. (KANT, 1999, p. 20)

⁷ Neste trabalho leva-se em consideração o cenário educacional do Brasil, mesmo que tal cenário se aproxime da realidade da maioria dos países. Destaca-se também que tal problema educacional é um entre muitos, não cabe neste trabalho aprofundar neste exemplo, mas se ao leitor interessar, citamos a obra: “*Abandono e evasão escolar no Brasil*”. Publicada pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS). (2022).

Evidentemente tal processo seria mais ou menos penoso a depender de qual educação se é dada ao ser humano, ou seja, se o processo educacional assegura ao indivíduo se desenvolver em conformidade as suas potencialidades e garantindo que o mesmo participasse da sua realidade como um sujeito dotado de habilidades, tanto para si quanto para a sociedade, ou, se a educação apenas o vicia e adestra para se confortar e acomodar dentro da sociedade em que ele vive, porém da qual não participa. E é sobre este ponto que o autor fala sobre mestres bons e ruins, ou seja, define o que seria um bom ou mal sistema educacional, sendo o primeiro potencializador e o segundo limitador.

Adiante sobre isso, o segundo ponto relevante é justamente sobre o objetivo deste processo educacional, logo que, para Kant é verídico que: “a ideia de uma educação que desenvolva no homem todas as suas disposições naturais é verdadeira absolutamente” (KANT, 1999, p. 17). Ou seja, a educação para Kant é formadora, porém, não de um arquétipo social estabelecido, mas sim, de uma formação que propicia o desenvolver do sujeito, que assegura a ele se aprimorar enquanto ser humano, ou melhor dizendo, permite germinar de sua natureza aquilo que o torna humano, não somente enquanto espécie e sim enquanto “ser” humano. A respeito deste desenvolver o autor deixa claro:

Há muitos germes na humanidade e toca a nós desenvolver em proporção adequada as disposições naturais e desenvolver a humanidade a partir dos seus germes e fazer com que o homem atinja a sua destinação. Os animais cumprem o seu destino espontaneamente e sem o saber. O homem, pelo contrário, é obrigado a tentar conseguir o seu fim; o que ele não pode fazer sem antes ter dele um conceito. O indivíduo humano não pode cumprir por si só essa destinação. (KANT, 1999, p. 18)

E é sobre tal pretensão que se estabelece a arte de educar, que está intrinsecamente vinculada à formação da própria sociedade humana; “A educação, portanto, é o maior e o mais árduo problema que pode ser proposto aos homens.” (KANT, 1999, p. 20). Dito isso, o filósofo há mais de 250 anos, não só justificava a importância da educação como também estabelecia que a mesma teria um objetivo para com toda a sociedade, este projeto educacional teria quatro objetivos que se complementariam e “elevariam” o sujeito ao seu “destino”. Porém, raramente se testemunharia a conquista da mais importante e principal finalidade da educação, que é o quarto item da formação humana.

Kant apresenta esse panorama introdutório no começo da obra *Sobre a pedagogia*, onde ele afirma que a educação do homem deve, portanto: primeiro

utilizar da disciplina para tornar o sujeito disciplinado, ou seja, para que o sujeito aprenda a se comportar, tendo compreensão de seus limites e de suas ações, este processo desenvolve no sujeito a humanidade, ele passa a saber como agir, tira dele, ou pelo menos, permite certo controle de sua “animalidade” e “selvageria”, Kant destaca que este primeiro ponto é crucial no desenvolvimento humano, logo, para o autor, se o indivíduo não for precocemente disciplinado, muito difícil será torná-lo mais tarde. “A disciplina, porém, é puramente negativa, por que é o tratamento através do qual se tira do homem a sua selvageria, a instrução, pelo contrário, é a parte positiva da educação” (KANT, 1999, p. 12), a qual o Kant se refere como dar cultura ao indivíduo.

Após este processo de “domesticação” do ser humano, que é o primeiro tipo de limitação imposta ao sujeito, evidentemente tal processo é feito para assegurar a segurança do próprio e nunca com intenção de diminuir ou torná-lo irremediavelmente dócil. Logo, esta é uma etapa necessária como preparação para sua convivência e uma introdução à ideia de “respeito” às normas. Consequentemente só assim será possível instruí-lo no segundo ponto, que é tornar o “sujeito culto”, não somente no sentido corrente do termo, mas especificamente é o processo de “culturalizar”⁸, que insere conhecimento no sujeito, isto é, lhe introduz saberes pertinentes à sua realidade e à própria sociedade, se a disciplina o torna humanizado, agora precisa-se torná-lo hábil para viver consigo mesmo. Assim sendo, esta é a etapa que Kant atribui como instrução positiva, pois, agora serão desenvolvidos no sujeito os germes da humanidade, possibilitar que o mesmo desenvolva suas habilidades para conquistar e realizar seus objetivos, portanto, na percepção kantiana as habilidades trabalhadas no indivíduo são as condições para o mesmo alcançar os mais diversos fins, exemplos de tais habilidades, o autor cita: ler e escrever, falar, etc. (KANT, 1999, p. 25-6).

Pode-se traçar um paralelo desta etapa do desenvolvimento humano com certos modelos educacionais, a motivo de exemplo; modelos tecnicistas e tradicionais de educação, logo que tais modelos tem o ser humano como “objeto-utilidade”, ou seja, a função do sujeito na sociedade da qual o mesmo faz parte tem

⁸ Compreende-se que muitas vezes tal termo pode remeter ao processo de colonização que gerava e gera o apagamento e dominação de uma cultura pela outra, em específico no Brasil, o processo de perseguição aos povos originários e consequentemente ao escravizados. Porém o termo kantiano remete a outro processo quando utiliza o termo “culturalização”.

seu valor e grau de instrução vinculados às funções que o mesmo cumprirá na vida adulta. Assim sendo, as habilidades que serão trabalhadas no sujeito, tanto dentro quanto fora da escola, estão indissociavelmente vinculadas a funções úteis àquela sociedade específica, seja a educação mais “tecnicista” e “instrumentalista” que é comum dentro de uma sociedade voltada ao trabalho e produção de bens, e exatamente por isso é direcionado o processo educacional ao ofício, ao desenvolver de habilidades manuais e processuais que assegurem a eficiência da produtividade dos bens de consumo. Ou uma educação mais tradicional e engessada, comum nas sociedades conservadoras que direcionam o processo educacional na continuidade e validação de certos valores e preceitos para assegurar uma estratificação social, ou seja, um modelo educacional que visa assegurar a transmissão dos saberes de forma hierárquica, garantindo a manutenção e permanência da sociedade como ela é. Porém tal permanência vai contra um valor fundamental da própria educação.

Um princípio de pedagogia, o qual mormente os homens que propõem planos para a arte de educar deveriam ter ante os olhos, é; não se devem educar crianças segundo o presente estado da espécie humana, mas segundo um estado melhor, possível no futuro, isto é, segundo a ideia de humanidade e da sua inteira destinação. (KANT, 1999, p. 22)

Assim sendo, o filósofo tem sempre como direção da educação e do próprio ser humano não aquilo que é conhecido e comum na sociedade atual, mas sim, aquilo que deveria ser melhor para o sujeito e conseqüentemente para sua sociedade. Em conseqüência disso, Kant não estabelece com o mesmo objetivo que estes modelos educacionais. Para o pensador que é fonte de estudo desta pesquisa, o processo de instrução que está dentro da formação cultural do indivíduo é mais um item dentro de seu projeto educacional e não pode estagnar o desenvolver do ser humano apenas nesta etapa de funcionalidade, ou seja, onde o ser humano já possui condições de viver coletivamente, porém ainda tais elementos estão muito próximos de uma vida domesticada, logo que até os animais possuem as condições de serem disciplinados e terem neles habilidades desenvolvidas.

Ambos os pontos estão inseridos na educação kantiana, ainda no processo de formação da natureza humana, ou seja, tais quesitos buscam humanizar o sujeito e assegurar que ele funcione na sociedade, mas essas duas direções ainda estão trabalhando no ser humano enquanto indivíduo, tornando-o capaz e “autossuficiente” em certa medida, porém, falta desenvolver as capacidades sociais, ou melhor dizendo, o bem gerir de suas habilidades. Para o filósofo, não basta ao sujeito

possuir habilidades que o permitem realizar seus objetivos, ele deve, a partir do momento que possui tais capacidades, saber bem administrá-las. Assim sendo, a terceira parte do desenvolver humano para o pensador prussiano é a “prudência”, conceito importantíssimo para a convivência humana, que trata do indivíduo perceber as sutilezas do seu agir, compreendendo como as suas ações interferem na sociedade e ajustando o agir de forma que possibilite a boa convivência, falando de outra forma, a prudência é o que permite ao indivíduo se tornar civilizado, permite reconhecer o valor da convivência com os demais e identificar/respeitar os ordenamentos do coletivo, assim sendo, germina um reconhecimento mais concreto da força que as leis exercem nas mais diversas sociedades.

Tendo o ser humano se desenvolvido até este ponto da educação kantiana, percebe-se que já se assegura, de forma não lapidada, cidadãos capazes de viver em sociedade e o bem gerir de seu coletivo, pois ele já é disciplinado e entende como se portar para garantir a sua segurança e a do outro, ele também tem condições de conquistar e reconhecer seus objetivos, visto que suas habilidades naturais o possibilitaram isso, e, por último ele entende que não somente as suas vontades têm valor, mas as de todos têm igual importância, conseqüentemente a vontade do coletivo assegura o bem funcionar da sociedade por meio da aceitação das leis impostas. Entretanto, ainda trata-se de um sujeito passivo, letárgico frente à sua própria realidade, todo este desenvolvimento foi possível por meio da orientação e ele reconhece o valor de tais coisas pelo fato de ter sido ensinado a isso, ainda falta a este ser humano alcançar a sua destinação, ainda não formou-se no que Kant pretendia, isto é, um ser humano moral, capaz de reconhecer o valor moral da lei, um indivíduo que não seja somente prudente, que aprendeu as regras e as respeita pelo fato de seus antecessores o obrigarem a isso.

Portanto, o último e mais importante objetivo educacional, aquele que permite tanto ao sujeito quanto à própria humanidade chegar à sua “finalidade”, é o de tornar o sujeito moralizado, fruto de uma razão que não apenas aprende, mas também produz. Falando de outra forma, o princípio final do projeto pedagógico de Kant é a moralização do ser humano, não adianta somente que o sujeito consiga realizar seus fins e que respeite os ordenamentos, ele deve necessariamente sempre escolher pelo melhor fim, aquele que é verdadeiramente necessário, tanto para si quanto para a própria humanidade. Este processo só é possível se o sujeito

consegue pensar; tem poder de refletir acerca do seu agir e mais importantemente consiga escolher o bem frente ao benefício. Nas palavras do filósofo:

Na verdade, não basta que o homem seja capaz de toda sorte de fins; convém também que ele consiga a disposição de escolher apenas os bons fins. Bons são aqueles fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um. (KANT, 1999, p. 26)

Pelo exposto, é confiável que a educação é o primeiro caminho viável para a concretização do ser humano e conseqüentemente de toda a sociedade, como o autor propôs. Importante destacar que até o momento não existiu esta sociedade moralizada, mesmo que se possuía a disciplina, a instrução e a prudência, acaba-se por estagnar neste ponto, assim sendo, a sociedade atual também é, somente, humanizada, culturalizada e civilizada, evidentemente não de maneira uniforme.

Mesmo após os 250 anos do pensamento de Kant, ainda não se estabeleceu tal sociedade, mesmo que no decorrer dos séculos, tenham surgido algumas figuras ilustres que se formaram como pretendia o autor, a sociedade não se estabeleceu de tal forma. Isto se dá pela própria natureza da humanidade, que mesmo capaz de conquistar o que lhe é natural, a capacidade de pensar por si, ainda sim é fraca frente aquilo que os torna também humanos, ou seja, os desejos e inclinações.

Deploravam profundamente a fraqueza e a corrupção da natureza humana que, se por um lado era nobre bastante // para fazer de uma ideia tão respeitável a sua regra de conduta, por outro era fraca de mais para lhe obedecer, e só se servia da razão, que lhe devia fornecer as leis, para tratar do interesse das inclinações, de maneira a satisfazê-las quer isoladamente, quer, no melhor dos casos, buscando a maior conciliação entre elas. (KANT, 2007, p. 40)

Apesar das dificuldades naturais, ainda se identifica no pensamento do autor uma resposta válida para tal processo, isto é, ainda é viável colocar a educação como condição necessária para a formação de sujeitos capazes de transformações na sociedade e principalmente como possibilitadora para a humanidade se desenvolver.

Uma boa educação é justamente a fonte de todo bem neste mundo. Os germes que são depositados no homem devem ser desenvolvidos sempre mais. Na verdade, não há nenhum princípio do mal nas disposições naturais do ser humano. A única causa do mal consiste em não submeter a natureza a normas. No homem não há germes, senão para o bem. (KANT, 1999, p. 23)

Conclui-se que todo o problema que Kant pretende resolver é o da formação humana e ele o resolve por meio da educação. Portanto, a questão educacional abordada neste trabalho é relevante, pois é por meio da educação⁹ que se desenvolve uma sociedade válida para o ser humano, assim sendo, a educação para este autor, não é só necessária para o sujeito, mais para toda a humanidade, logo que, além de lidar com o indivíduo ela incide no coletivo do sujeito, ou seja, o ensinando por meio da prudência a boa gestão de suas habilidades, seja para consigo mesmo ou para com seu igual, entretanto ela não se limita a somente esta esfera, pois segundo o autor, este estado seria superficial frente às potencialidades do indivíduo, logo que o mesmo estaria apenas sendo prudente no seu agir e consequentemente o fazendo por hábitos e interesse por suas inclinações, baseado no que aprendeu coletivamente sobre bem e mal e na aceitação das leis; ou por temor ou por interesse. Por este motivo, o último estágio deve ser trabalhado e sempre almejado, dado que é ele que desenvolverá no sujeito sua real condição, que é a de ser genuinamente autossuficiente, livre e autônomo.

Destaca-se que esta última etapa é a educação enquanto moralizadora, logo que ela vai permitir ao indivíduo a compreensão sobre o “bem agir”, sobre os “verdadeiros fins” e o reconhecimento dos princípios do que Kant chamará de “lei moral”, assim sendo a educação vai muito além do ambiente ético-moral, mas tem suas implicações de forma explícita em questões políticas. Falando de outra forma, a pedagogia de Kant é formadora, contundentemente moralizadora e consequentemente política.

⁹ Deve-se salientar que o autor propõe outras ferramentas para que o sujeito se concretize na sociedade, conforme idealizado por Kant, como a política, a religião e as leis. Entretanto, a efetividade desses processos depende, em última instância, de uma formação adequada do indivíduo. Assim, o ato de educar — seja em menor ou maior grau — está intrinsecamente ligado a esses demais caminhos possíveis.

3 KANT E SEUS APONTAMENTOS ACERCA DA EDUCAÇÃO

Após a introdução na concepção kantiana, no que tange às características e condições do sujeito, juntamente com a apresentação da educação enquanto princípio formador dos mesmos, consegue-se deixar evidenciados os objetivos que o projeto pedagógico do filósofo tem em seu horizonte, tal apresentação elucida como o autor propõe o caminhar do ser humano e da própria sociedade, caminho este que é a própria educação.

Deve-se entender que para o autor a educação se dá por dois momentos chaves, tais momentos são apresentados na obra *Sobre a pedagogia* de forma separada, isto é, após a introdução o pensador apresenta o que ele chama de educação física e no segundo momento, a educação prática. Esta divisão é importante, pois separa as duas condições do ser humano, e segundo o próprio autor, o processo de educar a natureza e a alma do indivíduo é completamente diferente quando comparado com o ato de educar a razão. Falando de outra forma, a primeira etapa, intitulada de educação física: trata da disciplina, tanto sobre o corpo quanto sobre a alma, o indivíduo é instruído nesta etapa, mas ainda é muito voltado para si. Já na educação prática, há um enfoque no socializar do indivíduo, ou seja, desenvolve-se de forma mais aprofundada as habilidades, a prudência e a moral.

Kant tem uma visão universal do ser humano, assim sendo, busca-se neste segundo capítulo conceitualizar as ideias e postulados do autor sobre o seu projeto educacional. Dando enfoque à questão da construção do sujeito moral, dado que todo encaminhamento é com o objetivo de construir tal sujeito. “Tornar-se melhor, educar-se e, se se é mau, produzir em si a moralidade: eis o dever do homem” (KANT, 1999, p. 19-20). Dito isso, visa-se apresentar e justificar neste capítulo a importância da formação humana em sua plenitude, ou seja, a do sujeito autônomo, consciente da boa gestão de sua liberdade.

3.1 DISCIPLINA COMO PRIMEIRA FERRAMENTA PEDAGÓGICA

Para iniciar a formação humana, Kant nos apresenta o primeiro conceito, para que, antes mesmo de inculcarmos saberes no ser humano, deve-se assegurar que este indivíduo tenha condições de participar do processo de instrução, assim

sendo, é necessário preparar o ser humano para aprender, não cabe à educação ser iniciada diretamente a partir da transmissão de ideias, fórmulas e conceitos, tal etapa seria instrução que é relevante à formação do indivíduo, porém ela tem possibilidade de ser inserida mais tarde.

A preparação do indivíduo deve necessariamente começar pela disciplina, dado que, é imprescindível que quando se vai instruir o indivíduo ele terá de estar apto para isso, tal conceito, aborda o processo de formação desde o nascimento, ou seja, a formação do sujeito não inicia na escola, mas desde o momento do nascimento junto aos seus responsáveis. Portanto, a disciplina está presente já na educação familiar, logo que são os responsáveis que devem orientar e servir de exemplo para o comportar-se da criança, neste momento é deveras importante que os familiares estejam atentos para com a criança, garantindo que o mesmo compreenda a necessidade de cumprir com certas obrigações; que consiga assumir certas atitudes, mesmo que a contragosto, para que quando fora do ambiente familiar consiga se adequar à realidade e siga os exemplos ao seu redor, o cuidado deste orientar é redobrado, dado que, “de fato, muitas fraquezas do homem não provêm da falta de ensinamento, mas daquilo que lhes comunicam as falsas impressões” (KANT, 1999, p. 52). Visto que a criança ainda não compreende tal qual o adulto prudente o bem comportar-se e os bons exemplos. Assim sendo, não se pode exigir do menor um comportamento regulado, ou melhor dizendo, um comportamento adulto, mas é dever da família discipliná-lo¹⁰, guiando para um bom desenvolvimento, falando de outra forma, Kant já atribuía certo grau de responsabilidade aos familiares¹¹, consequência de serem eles que estão presentes durante o início da formação do ser humano, e o processo disciplinar deve ser iniciado o quanto antes, diferentemente do processo de instrução que seria como o autor refere, “dar cultura ao indivíduo”.

Tal ponto é tão importante que o autor até deixa fixo que dar cultura ao sujeito é menos importante (porém deve ser feito) que discipliná-lo, dado que o desenvolver de habilidades e a apropriação de conhecimento pode ser feito durante toda a vida. Entretanto, o disciplinar tem sua eficácia diminuída com o avanço da

¹⁰ O termo disciplinar não é uma simplificação do processo de ensinar o sujeito a ter bom comportamento, ele vai além, pois ele fundamenta toda a educação física à qual o autor se refere, ou seja, além de formar o corpo ele também faz parte da formação da alma.

¹¹ Entretanto, os responsáveis só terão sucesso neste processo se eles tiverem sido bem orientados e educados, novamente percebemos a forma intrínseca que a educação tem na formação de toda sociedade.

idade, isto é, ensinar o sujeito a controlar suas vontades é muito mais difícil do que o ensinar a ler ou a pintar, por exemplo. Para evitar contradições, nas palavras do autor: “a falta de disciplina é um mal pior que a falta de cultura, pois esta pode ser remediada mais tarde, ao passo que não se pode abolir o estado selvagem e corrigir um defeito de disciplina”. (KANT, 1999, p. 16).

Pode-se, portanto, compreender a disciplina como ferramenta primeira para lapidar o ser humano, ou como nas palavras do autor aparece: “a educação¹² abrange os cuidados e a formação. Esta é: 1. Negativa, ou seja, disciplina, a qual impede os defeitos; 2. Positiva, isto é, instrução e direcionamento e, sob esse aspecto, pertence à cultura” (KANT, 1999, p. 29). A disciplina impõe certos limites ao agir humano e direciona a sua vontade ao correto, mesmo que o faça de maneira rudimentar, dado que não há muita reflexão acerca deste “agir disciplinado”. Assim sendo, tal ferramenta está presente desde o processo de garantir a segurança do corpo da criança, assegurando que ele não faça mal a si mesmo e nem ao outro, até o processo do indivíduo identificar a postura adequada às mais diversas situações, mesmo que não o faça por vontade própria, mas sim por influências externas. Portanto, é a primeira resistência imposta ao ser humano, tanto sobre o corpo quanto sobre a alma, resistência esta que deve ter seu valor destacado, entretanto, como toda ferramenta deve ser bem usada. A respeito deste ponto o autor elucida:

Quanto à educação da índole, que pode em certo sentido, se chamar de física, é preciso sobre tudo cuidar para que a disciplina não trate as crianças como escravos, mas sim que faça que elas sintam sempre a sua liberdade, mas de modo a não ofender a dos demais: daí que devam encontrar resistência. (KANT, 1999, p. 50)

Nosso pensador sempre apresenta a importância de garantir o uso da liberdade por parte dos indivíduos. Assim sendo, mesmo quando estabelecemos conceitos que vão contra a ideia comum de liberdade, ele evidencia que tais ferramentas possuem necessidade de estarem presentes para assegurar a formação da criança, mas nunca devem diminuí-la ou colocá-la em situação de domesticação. Pois, para o autor: “nada há mais funesto para elas do que uma disciplina obstinada e servil, com a finalidade de dobrar a sua própria vontade”. (KANT, 1999, p. 51).

¹² Educação aqui refere-se especificamente a educação física.

Lembrando que a disciplina é desenvolvida no ser humano, mesmo que deva e precise ser orientada por outro; familiares, professores, dentre outros. Kant nos apresenta que ela se desenvolve de todas as formas, não somente de forma a restringir o agir da criança, mas também viabilizando que ele escolha o seu agir, por este fato o autor insere a importância das brincadeiras e jogos para a formação infantil, pois, assegura que a criança germine as condições necessárias para seu desenvolvimento, assim cabe aos tutores e responsáveis desenvolverem tais aptidões; “o essencial consiste em cultivar a habilidade natural. No mais das vezes basta uma simples indicação; frequentemente a criança é bastante inventiva e cria por si mesma os instrumentos” (KANT, 1999, p.54). Esta inventividade, quando bem administrada, é enriquecedora do desenvolver infantil, visto que fomenta ao indivíduo buscar, dentro de suas possibilidades, a conquista do que almeja; assim sendo, o trabalho da primeira educação deve preparar o indivíduo para a segunda, isto é, a educação prática. Em relação a tal preparação, deve se estar atento;

O que é preciso observar na educação física, portanto, em relação ao corpo, se refere ao uso do movimento voluntário ou dos órgãos dos sentidos. No primeiro caso, é importante que a criança se exercite por si mesma. É preciso força, habilidade, rapidez e segurança. (KANT, 1999, p. 54)

Tal condicionamento é necessário para a boa funcionalidade do corpo do indivíduo evitando assim que a criança se torne preguiçosa e letárgica. Portanto, está a cargo da educação física o desenvolvimento da alma do infante, dado que a preguiça e a letargia se formam como parte do temperamento da criança. Assim sendo, o autor nos apresenta que as brincadeiras e jogos têm papel importante para a primeira formação, entretanto, tais aspectos devem estar subordinados à disciplina, deve-se colocar a criança dentro de certos limites, assegurando a funcionalidade das propostas pedagógicas. O filósofo de Königsberg nos apresentou que:

O primeiro passo toca à disciplina, e não ao ensinamento. Cabe zelar para que na cultura do corpo também se eduque para a sociedade. Diz Rousseau¹³: “não conseguireis jamais formar homens sábios, se antes não formardes traquinas”. (KANT, 1999, p. 58)

¹³ A influência de Rousseau no pensamento de Kant não deve ser descartada, principalmente em uma pesquisa que visa tratar da educação e da ética, temas estes que são pertinentes nas obras de ambos os autores. Entretanto, não cabe a esta pesquisa aprofundar esse quesito. Todavia, ressaltar tal importância se faz

Pode-se identificar, a partir da apropriação realizada pelo nosso pensador das palavras de Rousseau, que deve-se conceber a criança dentro do papel em que está inserida, evitando esperar da mesma algo fora das suas condições, falando de outra forma, a formação do infante deve sempre ser adequada e disciplinada no limite de suas condições, seja física, mental ou da própria idade, tendo sempre como objetivo, o alcance das potencialidades de sua natureza e para isso a disciplina deve ser germinada em conformidade ao próprio desenvolvimento da criança. Não se colocando como uma barreira intransponível do agir juvenil e ao mesmo tempo garantindo que não impere a selvageria infantil, nas palavras do autor:

Que a criança não se mostre importuna em sociedade, mas também que não se mostre insinuante. Deve mostrar-se familiar sem importunações, sincera sem impertinências, a quantos a solicitem. Para dela tal se conseguir, é preciso não prejudicá-la em nada, não inspirar noções de comportamento que servirão apenas para torná-la acanhada e tímida, ou que, ao contrário, lhe sugiram o desejo de se fazer prevalecer. Nada há de mais ridículo numa criança que uma prudência senil ou uma imatura presunção. (KANT, 1999, p. 58)

São os tutores, sejam eles familiares ou os próprios professores, que são responsáveis por garantir à criança condições “apropriadoras” de sua natureza, ou melhor dizendo, ter controle sobre seus desejos e inclinações, pois nenhum sentido trará ao sujeito saber sobre os mais diversos assuntos e possuir condições de conquistar tudo por meio de seus saberes, se a ele mesmo ainda não se conquistou. E é exatamente a esta primeira forma de autogestão que cabe o domínio da disciplina.

Ainda na educação física, somado à disciplina, temos que dar atenção à formação da alma, que anteriormente foi citada, como o processo de dar cultura ao indivíduo, Kant divide este processo em dois e o insere de forma mais estruturada no cenário escolar, porém, não exclusivamente, dado que a família¹⁴ têm importância em toda a formação do indivíduo. Mas os tutores assumirão agora uma atuação mais focada em instrução/ensino na educação da criança, ou, como o

necessário. Portanto, segundo Beckenkamp: “Estabelecer os direitos da humanidade é o propósito central da filosofia prática kantiana, podendo ser dito, por conseguinte, que foi sob o impacto de Rousseau que Kant despertou para o primado da razão prática, primado que se tornaria pedra angular de todo o idealismo alemão.” (2018, p. 23)

¹⁴ Voltamos a citar a presença da família em relação à formação do ser humano, Kant, no início da obra *Sobre a pedagogia*, aborda a discussão sobre as diferenças entre a educação pública (guiada pelo estado) e privada (guiada pela família), apresentando pontos favoráveis e desfavoráveis a ambos os modelos. Porém, não cabe neste trabalho adentrar nesta questão. Todavia, a partir da posição do autor, podemos compreender que é necessário a presença das duas esferas, tanto o estado, quanto a família, para assim assegurar o bem encaminhar do indivíduo, com foco na etapa infantil.

próprio autor trata: “a parte positiva da educação física é a cultura. Por ela o homem se distingue do animal. A cultura consiste notadamente no exercício das forças da índole.” (KANT, 1999, p. 53).

Neste ponto é de extrema importância compreender que ainda não está a tratar de qualquer tipo de moral, no sentido kantiano, logo que, ainda estamos a desenvolver a natureza do ser humano e o autor deixa evidenciado a diferença:

Chegamos, assim, à cultura da alma, que de certo modo podemos chamar também de física. Deve-se distinguir liberdade e natureza. Dar leis à liberdade é completamente diferente de cultivar a natureza. A natureza do corpo e da alma concordam no seguinte: cultivando-as, deve-se procurar impedir que se corrompam mutuamente e buscar que a arte aporte algo tanto àquele como a esta. Pode-se, portanto, em um certo sentido, qualificar de física tanto a formação da alma quanto a do corpo. (KANT, 1999, p. 59)

Esta diferença é capital, dado que, para o autor a moral ou o “valor moral” sobre o agir do sujeito deve surgir exclusivamente da razão, assim sendo, devemos compreender que um sujeito desenvolvido nos “moldes” kantianos, ou seja, autônomo; senhor de si mesmo; governante de sua liberdade, só é viável se segue uma moral racional. Dito isto, o processo de culturalizar ainda está a preparar o indivíduo para ser moralizado, logo que a cultura pertence à natureza e não à razão, como é no caso da liberdade. Ou, nas palavras do autor: “mas essa formação física da alma se distingue da formação moral, pois que esta se refere à liberdade, aquela, apenas à natureza” (KANT, 1999, p. 59), mais adiante nosso filósofo reforça: “É preciso distinguir a formação física da formação prática, sendo esta pragmática ou moral. Nesta última, temos a moralização e não a cultura.” (KANT, 1999, p. 59).

Além da separação entre estes dois objetivos educacionais, é perceptível que um é antecessor do outro e mais importantemente um é superior ao outro, dado que para nosso autor mesmo um indivíduo bem disciplinado e bem instruindo, ainda não teria as condições de ser um sujeito moral, que é a destinação correta da formação humana.

Retomando a parte positiva da educação física, ela deve ser aplicada de duas formas, ao qual o autor destaca: “Dividimos a cultura física do espírito em cultura livre e cultura escolástica. A cultura livre é semelhante a um divertimento, ao passo que a escolástica é coisa séria.” (KANT, 1999, p. 59-60).

Kant estabelece então que o processo de aprendizado deve propiciar a criança o seu desejo pelo agir, isto é, se empenhar em atividades livres que sejam do agrado das crianças, visto que, é possível fomentar o aprendizado neste modelo

e principalmente quando direcionado à convivência entre as crianças, em vista de o autor afirmar a necessidade de germinar no indivíduo a sua sociabilidade, que é uma potencialidade natural do sujeito e com utilidade para toda a vida. Porém, o autor é enfático na necessidade estabelecer obrigações aos indivíduos, eles devem se sujeitar a realizar atividades que vão contra seus desejos. Kant trata esta etapa como um trabalho a ser realizado pela criança, ou seja, exige um comprometimento maior, para o autor, “devemos nos habituar com o trabalho”. Cabe à escola e ao professor fazer germinar no infante o reconhecimento do valor deste processo, fazer com que a criança reconheça e aceite o valor incontestável do aprender, mesmo daquilo que esteja fora de suas inclinações. Pelo exposto, o filósofo apresenta que: “a educação deve ser impositiva; mas nem por isso, escravizante.” (KANT, 1999, p. 62). A necessidade de imposição recai principalmente na questão da cultura escolástica, pois é ela que terá o papel principal de desenvolver as potencialidades, que muitas vezes não são valorizadas pelos desejos infantis. A motivo de exemplo: é muito mais agradável ao gosto imediato o divertimento, seja ele pelo jogo ou brincadeiras, que desenvolvem habilidades e resultados imediatos a satisfação da criança, do que o processo de aprender a ler ou a calcular, que toma muito mais esforço para adquirir habilidades e principalmente tarda a chegar à satisfação pelas realizações geradas por elas.

Todo o exposto até o momento recai sobre uma educação passiva e mecânica, dado que é fundamentada na disciplina. Tal formação nos é útil e desenvolve muito adequadamente o indivíduo, porém, tal resultado não basta, pois este indivíduo continuará em um estado dócil, vulnerável ao próprio mundo, logo que ainda não se consolidou em sujeito consciente de si. Utilizando-se das palavras do autor: “não é suficiente treinar as crianças; urge que aprendam a pensar.” (KANT, 1999, p. 27). Portanto, é evidente que o objetivo kantiano acerca do ser humano e toda a humanidade é que ambos alcancem a sua destinação, que nada mais é do que sua autonomia. E, para tanto, nada mais é necessário do que o indivíduo se moralizar.

3.2 EDUCAÇÃO PRÁTICA: SER HABILITADO, PRUDENTE E MORALIZADO

A respeito da educação prática, se faz necessário deixar devidamente claro que ela não se funda por meio da disciplina, logo que esta baseia-se em diretrizes da própria sociedade, ela tem seu conteúdo no exemplo, desenvolve a partir da

natureza humana e cria hábitos no indivíduo, já a educação prática em sua última instância, ocorre por meio da moral, sustenta-se em máximas, desenvolve o valor do bem agir, fundamenta-se na razão, dado que só ela pode ser fonte da autonomia, pois é ela que investiga e analisa nossas ações, somente ela pode diferenciar nossa vontade de agir, seja pelas inclinações ou pelo dever. É visível nas obras do filósofo de Königsberg, a importância da racionalidade e como tal razão traz um caráter único ao ser humano, tanto na pretensão de investigar os fenômenos da natureza, quanto a natureza da própria humanidade e destes seres que a constituem.

A respeito do projeto pedagógico a razão está vinculada de forma indissociável, quando se pretende de forma séria e responsável se comprometer com tal projeto, nas palavras do pensador: “A arte da educação ou pedagogia deve, portanto, ser raciocinada, se ela deve desenvolver a natureza humana de tal modo que esta possa conseguir o seu destino.” (KANT, 1999, p. 21). Segundo o próprio autor se tratássemos a educação como algo mecânico, incidiríamos em erros frequentes e destes erros nada reconheceríamos, pois estaria circunscrito dentro deste próprio sistema educacional tais equívocos, dado que, a dependermos de uma educação puramente mecânica e limitada à experiência, não teríamos como empreendermos um projeto de humanidade, em vista que a própria educação não se estabeleceria como um projeto do desenvolvimento humano, mas sim de um “consequencialismo involuntário” do educar.

Dito isto, a primeira parte do educar, ou seja, a educação física faz uso de um educar mecânico, entretanto, durante todo o processo desta etapa, deve-se ter claro o que se pretende, assim sendo, colocá-lo sempre sobre o jugo da razão; deve-se investigar como tais encaminhamentos se desenvolvem, raciocinando acerca do aprimorar da criança e as habilidades que nelas surgem, garantindo assim, que não limitem o processo pedagógico a apenas mero mimetismo do seu meio, mas de um encaminhamento elucidado e efetivo para a formação prática e consequentemente atuação social.

Portanto, “a educação prática fica a cargo de trabalhar no indivíduo, três pontos: “1. A habilidade; 2. A prudência; 3. A moralidade” (KANT, 1999, p. 85), evidentemente a última sendo a real pretensão deste filósofo. Destaca-se que só se é possível conquistar, ou melhor dizendo, gerar no ser humano a moralidade, se desenvolvermos adequadamente todas as etapas do educar kantiano. Inicialmente sua base física; que foi apresentada anteriormente, garantido que esta seja

aprimorada por meio da educação prática, logo que, a habilidade é: possibilitar ao indivíduo ferramentas que garantam a ele se bastar, que tenha condições de viver pelo seu esforço e intelecto.

Esta etapa da formação humana, já se apresentava na educação física, pois, está relacionada a questões da fisicalidade do corpo e da formação da índole, ou seja, o germinar das habilidades sociais e racionais, assegurando condições do indivíduo realizar suas ações no mundo, dado que é por meio destas habilidades que o sujeito poderá vir a se tornar um agente ativo dentro do seu meio e para consigo mesmo. Porém, por que o autor nos apresenta ela como pertencente à educação prática? Bem, isso se dá pelo fato, de que, na da educação física, que se estrutura por caminhos intitulados pelo filósofo prussiano como mecânico e escolástico, o próprio modelo limita apenas a desenvolver e potencializar tais habilidades, sejam elas como: imaginação, memória, sociabilidade, obediência, cálculos, força, agilidade, entre outras. Entretanto, elas ainda não se estabeleceram como um hábito do sujeito, o pensar e agir do sujeito ou é mecânico e carece de reflexão ou é exaustivo, logo que o indivíduo não está acostumado a realizá-lo de forma contundente e habitual, é neste ponto que entra a educação prática, com o intuito de tornar o indivíduo apto e consciente de suas forças.

No que toca à habilidade, requer-se que seja sólida e não passageira. Não se deve mostrar ares de quem conhece algo que não se possa depois traduzir em ações. A habilidade deve, antes de mais nada, ser bem fundada e tornar-se pouco a pouco um hábito do pensar. É o elemento essencial do caráter de um homem. A habilidade é necessária ao talento. (KANT, 1999, p. 85)

Logo, a habilidade terá esse papel essencial na formação do indivíduo e consequentemente na interação do mesmo para com os outros. Este desenvolver do ser humano ainda se volta muito ao “indivíduo” e suas condições particulares, assim sendo, falta ao projeto educacional habilitar o ser humano para conviver com seus iguais, isto é, assegurar que o indivíduo consiga gerir a si mesmo dentro das interações possíveis, tanto para consigo quanto para com os outros.

É neste ponto de administração de si que entra o conceito de “prudência”, importantíssimo para nosso pensador, logo que, é por meio dele que o indivíduo se inserirá dentro do convívio social, agora, não mais enquanto indivíduo; como parcela singular da espécie humana, mas sim como sujeito pertencente a um coletivo, integrante de uma sociedade. Para integrá-la deve-se ter clara a posição que toda

pessoa tem neste coletivo, ou seja, como todo sujeito é ator de suas ações e invariavelmente responsável pelas mesmas. Portanto é perceptível a importância da consciência acerca do agir.

“A prudência consiste na arte de aplicar aos homens a nossa habilidade, ou seja, de nos servir dos demais para nossos objetivos. (...) Homem enérgico (strennus) é aquele que se compraz no querer. Essa qualidade modera as paixões. A prudência mundana concerne ao temperamento”. (KANT, 1999, p. 85-6)

Como o autor nos apresenta, a prudência é a primeira forma do indivíduo pensar conscientemente (mesmo que não completamente adequada, pois não é originada na razão) acerca do seu agir e ao mesmo tempo o primeiro momento de controle intencional realizado por ele em relação aos outros. Tal etapa é necessária e gera cordialidade e um coexistir entre as pessoas, mesmo que ocorra motivada por certos interesses e inclinações. Mas tal característica do comportamento humano é devidamente interessante e destacada por Oliveira:

Uma das três tarefas da educação prática, Kant nos informa em Sobre a pedagogia, é a “formação pragmática relativa à prudência”. Também no final da Antropologia em sentido pragmático, Kant afirma que um fato que distingue o ser humano dos outros habitantes da terra é a sua capacidade “de ser pragmático, de usar as habilidades de outros seres humanos para seu próprio fim”. (OLIVEIRA, 2004, p. 456)

Fica evidenciado como tal etapa se consolida dentro da educação prática e porque ela deve ser desenvolvida no sujeito através da prática, trabalhada em um contexto concreto, não somente nas exposições de exemplos e relatos externos, sua eficácia está no comprometimento da realização da própria ação e como uma das etapas educacionais do autor ela necessita de uma reflexão mais elevada do que se tem nas anteriores. Para evitar confusões, damos sequência nas palavras do comentador:

A pessoa prudente, e, portanto, civilizada, possui certos refinamentos sociais que a pessoa meramente hábil não possui. Os pré-requisitos de uma pessoa civilizada são “boas maneiras, bom comportamento, e uma certa prudência pela qual alguém é capaz de usar todos os seres humanos para o próprio propósito final de alguém”. (OLIVEIRA, 2004, p. 456)

Porém, tal “controle sobre o temperamento” e condição de civilidade não basta para Kant, logicamente por estar a tratar de seres dotados de razão. É necessário que os desenvolva até o ponto de torná-los sujeitos conscientes e autônomos, ou seja, para todo ser racional e suas sociedades se faz necessário o

estabelecimento de algo que guie o agir em uma premissa mais universalista, isto é, precisasse germinar no sujeito a sua moralidade, para que o seu agir seja fundado na razão e conseqüentemente, que a própria sociedade se organize o mais próximo possível disto. Dado que desenvolver o ser humano até torná-lo prudente só alcançaríamos uma sociedade dotada de civilidade, ou nas palavras de Kant: “Vivemos em uma época de disciplina, de cultura e de civilização, mas ela ainda não é a da verdadeira moralidade” (KANT, 1999, p. 28). Lembramos que a época referida é limitada à realidade experimentada pelo autor, entretanto, a sentença ainda se vale na atualidade, apesar da passagem dos séculos.

Pode-se perceber a falta de indivíduos formados integralmente na educação kantiana no aspecto do autor visar formar sujeito autônomos e conscientes de si, com o advento da tecnologia passou-se a notar na sociedade e em específico no ambiente escolar a dependência de tais aparatos para facilitar e mediar a relação com o próprio aprendizado. Portanto, quando na sociedade têm-se uma parcela considerável de indivíduos dependentes de algo que não é sua própria racionalidade, tal sociedade está necessariamente longe do que o autor pretendia, não só para sua formação moral, mas para a própria formação do seu pensar. Logo, é nítida a atualidade das obras de Kant e validade das mesmas para a atualidade, a título de exemplo, o exposto na obra “resposta à pergunta: o que é esclarecimento?” o autor define a “preguiça e covardia” como principais condições de menoridade¹⁵ para a espécie humana, conseqüentemente, quando inseridos em uma sociedade que depende viciosamente de uma ferramenta para “pensar” por si, e o autor vê com maus olhos tal ponto quando afirma: “estes instrumentos mecânicos do uso racional, ou antes do abuso, de seus dons naturais, são os grilhões de uma perpétua menoridade.”(KANT, 2005, p. 64). Logo, evidencia-se a falha no projeto educacional da atualidade e conseqüentemente a impossibilidade de a humanidade alcançar sua destinação ou que nesta obra o autor intitula “esclarecimento”¹⁶.

¹⁵ A menoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. É a si próprio que se deve atribuir essa menoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outro. (KANT, 2005, p. 63)

¹⁶ Esse Esclarecimento não exige todavia nada mais do que a liberdade; e mesmo a mais inofensiva de todas as liberdades, isto é, a de fazer um uso público de sua razão em todos os domínios. (KANT, 2005, p. 66)

Retomando, portanto, o objetivo final da educação kantiana ainda se encontra no horizonte de várias teorias pedagógicas, logo, ainda não a estabelecemos de forma contundente em nossa sociedade, para tanto, se faz necessário continuar a buscar dessa última etapa, dado que é imprescindível que se viabilize uma estrutura pedagógica que garanta ao ser humano conquistar a sua autonomia, ou seja, se moralizar.

Esta etapa da educação prática pode ser percebida em diversas outras obras do autor, não se limitando apenas aos escritos contidos em *Sobre a pedagogia*. Portanto, é importante perceber a relação indissociável da educação e da ética, principalmente, pela ética ser uma confluência das obras do autor e por se tratar do item principal desta pesquisa, cabe reservar a sua discussão ao último capítulo deste trabalho.

4 EDUCAR PARA A SOCIEDADE

A investigação sobre a educação e seu objetivo final revelou a necessidade de aprofundar a concepção de moral no pensamento kantiano, uma vez que se demonstrou a importância fundamental da educação em todas as suas fases. Contudo, cabe destacar especialmente a etapa final. Logo é o que Kant compreende como moralidade plena e suas implicações para o ser humano que verdadeiramente a alcança.

Para Kant, é imprescindível que o projeto pedagógico assegure ao sujeito uma formação social e política. Conforme suas próprias palavras: 'essa finalidade, pois, não pode ser atingida pelo homem singular, mas unicamente pela espécie humana' (KANT, 1999, p. 19). Desse modo, as ações individuais transformam-se em ações da humanidade. Condição que só se alcança quando o sujeito atinge plenamente sua moral autônoma.

Esta pesquisa manterá como base fundamental a obra *Sobre a Pedagogia*, articulando seus pressupostos com os conceitos de moralidade e sujeito moral presentes nas demais obras proeminentes de Kant. Tal abordagem permitirá: enriquecer a conceituação do projeto educacional kantiano; e demonstrar como o sujeito idealizado pelo filósofo concretiza sua formação na vida social.

4.1 AUTONOMIA MORAL

Tendo a educação como o caminho seguro para a conquista da moralidade, deve-se entender a que tipo de moralidade o autor se refere, e para tanto deve-se compreender que o pensador empreende uma moralidade baseada no dever para com a lei moral, pois, como foi explicitado nos capítulos anteriores, o indivíduo transita entre duas forças, ou duas condições, a sua racionalidade e a sua natureza (instintos/desejos). Portanto, a vontade se situa dentro deste antagonismo e caberá ao sujeito decidir qual destas forças governará o seu agir, isto é, a sua “vontade”.

Kant está certo de que o imperativo categórico¹⁷ da consciência é regulativo e que a vontade tem que ser independente das leis da natureza. Ainda, com

¹⁷ Tal conceito tem papel chave na ética kantiana, evidentemente não é pretensão deste trabalho realizar uma exegese acerca de tal conceito, porém para facilitar a compreensão do leitor, devemos entendê-lo simplificadamente como o “regulador” da vontade, isto é, um “princípio” que não está sujeito às experiências e inclinações dos desejos humanos, portanto se origina na racionalidade e unicamente nela.

isso Kant pensa o homem como cidadão de dois mundos, o mundo sensível do conhecimento natural e o mundo supra-sensível da liberdade; (ZATTI, 2007, p. 26)

Tal condição é específica da espécie humana e de qualquer outra criatura que se tenha comprovação da racionalidade, isto é, apenas a racionalidade nos dá possibilidade de reconhecer a condição na qual se encontra o ser humano. É exatamente por ter tal estrutura racional que a vontade do indivíduo deve ser bem direcionada e principalmente fundamentada, assim sendo, é bastante claro que a ideia de uma “vontade” que se pretenda “pura” é aquela sustentada pela razão, pois ela não estará condicionada a nenhuma outra influência, seja ela externa ao indivíduo ou oriunda das inclinações naturais do próprio, portanto, ela se abastecerá da razão e o seu resultado incidirá em uma ação de valor em si, isto é, a ação é correta quando realizada por “dever” e não pelo “querer”.

Dito isto, chama-se “ética deontológica” quando o modelo se baseia em princípios e no dever de aceitá-los e cumpri-los, não por serem melhores aos nossos gostos ou desejos, ou por serem melhores a uma parcela, seja ela maior ou menor, da sociedade, mas se tem o respeito aos princípios, por serem estes, guias morais e racionais que agem universalmente sobre toda a população, não limitados às situações da realidade ou inclinações individuais. Esta pretensão universal é central para a formação do sujeito kantiano e se dá baseada na premissa de “dignidade”, ou seja, a racionalidade torna o ser humano como algo singular frente aos demais seres vivos.

Esse status racional nos impõe a obrigação de viver como agente racional. A natureza racional é a única coisa que existe como um fim em si mesma. Esse caráter racional confere ao homem dignidade, todas as outras coisas têm um preço, mas o homem possui dignidade. O homem, como ser racional, possui valor absoluto e não pode jamais ser tratado como meio. (ZATTI, 2007, p. 25)

E se é pela racionalidade que nos diferenciamos e nos elevamos a um outro patamar é justamente sobre ela que a moralidade deve basear-se, principalmente é dela que o indivíduo deve fazer uso frequente e “abusar” de sua condição, isto é, a moralidade, diferentemente da prudência e demais etapas da formação do sujeito, goza da condição principal que nos torna algo além de uma espécie vivente, ou seja, que nos torna “ser” humano, portanto, o sujeito se torna moral por fazer uso

adequado da razão¹⁸, se torna o agente frente à própria realidade, conquistando assim sua autonomia e liberdade.

O uso adequado da razão é o reconhecimento por parte do sujeito acerca de sua vontade e principalmente do valor de agir segundo a própria vontade, vontade esta que deve ser ordenada somente pela razão. Portanto, é bastante claro, que a vontade a qual estabelecemos como “pura” é somente aquela que não está sujeita aos juízos do desejo e se pretende estar fora das inclinações e volatilidades da experiência, fundamentada desta forma na “lei moral”.

Portanto, deve-se destacar uma diferença crucial entre a moralidade e a prudência, isto é, a segunda é uma etapa necessária, porém não basta para o sujeito formado, dado que, diferentemente da moralidade e da vontade “pura”, a prudência e toda vontade que possa se originar dela, por mais boa que se pretenda ser, nunca conquistará o valor do seu agir como se tem na moralidade. A razão disso é o fato de uma se basear na razão e no valor intrínseco que há em todo o agir e a outra se funda no amor-próprio e conseqüentemente o agir desta é condicionado e estimulado em relação às conseqüências das ações, sejam estas vantajosas ou não para o próprio indivíduo. Falando de outra forma, falta na prudência um real valor que governe o seu agir, assim sendo, toda a tomada de decisão se baseia em desejo ou temor, não sobre a ação, mas sim sobre a conseqüência procedente dela.

Uma ação praticada por dever tem o seu valor moral, não no propósito que com ela se quer atingir, mas na máxima que a determina; não depende portanto da realidade do objeto da ação, mas somente do princípio do querer segundo o qual a ação, abstraído de todos os objetos da faculdade de desejar, foi praticada. (KANT, 2007, p. 30)

Alinhando tal explicação ao conceito anteriormente citado, é exatamente por este motivo que, quando estamos a tratar da conquista da moralidade por parte do sujeito, devemos entender que sua conquista é exclusivamente possível dentro de uma estrutura deontológica, logo que o “dever” de agir seguindo os princípios é o único que asseguraria ao indivíduo não ser controlado e governado por suas inclinações. Tal “dever” só é possível para indivíduos racionais, dado que são estes capazes de reconhecer o valor de uma “lei” ou “princípio”, ou seja, só a

¹⁸ O termo “uso adequado da razão” se refere especificamente aqui ao uso da razão no aspecto ético-moral.

racionalidade pode escolher se sujeitar, mesmo que contra o seu desejo ou instinto, a respeitar leis e ordenamentos.

A determinação imediata da vontade pela lei e a consciência desta determinação é que se chama respeito, de modo que se deve ver o efeito da lei sobre o sujeito e não a sua causa. O respeito é propriamente a representação de um valor que causa dano ao meu amor-próprio. É portanto alguma coisa que não pode ser considerada como objeto nem da inclinação nem do temor, embora tenha algo de análogo com ambos simultaneamente. O objeto do respeito é, portanto, simplesmente a lei, quero dizer aquela lei que nos impomos a nós mesmos, e, no entanto, como necessária em si. Como lei que é, estamos-lhe subordinados, sem termos que consultar o amor-próprio; (KANT, 2007, p. 32)

O principal entrave na conquista ou no desenvolvimento do sujeito se encontra nesta ideia de amor-próprio, dado que, é exatamente ele que será o grande peso contrário na balança para a conclusão de um sujeito moralizado, pois é natural ao sujeito buscar saciar seus interesses, enquanto indivíduo influenciado pelos juízos do desejo, quase que exclusivamente se terá como motivação ou inclinação o agrado a si próprio, porém se tratar especificamente do nosso desejar e de sua relação com nossas experiências, nenhum ordenamento moral poderá prover disto, dado que todo seu caráter se encontra em uma estrutura subjetiva e individual, logo, seus resultados devem ser conflituosos com as faculdades do desejos de todo outro ser racional e mais alarmantemente serão provavelmente conflituosos contra si mesmos;

Para Kant a busca da felicidade própria concerne à faculdade inferior de desejar, ela se relaciona às inclinações da sensibilidade e não à razão. O princípio do amor por si ou da felicidade jamais poderiam servir de fundamento para uma lei prática, tendo em vista sua validade que é apenas subjetiva. Cada um coloca o bem estar e a felicidade em uma coisa ou outra, de acordo com sua própria opinião a respeito do prazer ou da dor. Se formulássemos uma lei subjetivamente necessária como lei natural, seu princípio prático seria contingente e não garantiria a autonomia. (ZATTI, 2007, p. 28)

A título de exemplo, Kant afirma: “em breve reconheço que posso em verdade querer a mentira, mas que não posso querer uma lei universal de mentir; pois, segundo uma tal lei, não poderia propriamente haver já promessa alguma” (KANT, 2007, p. 34). Percebe-se no exemplo kantiano, a diferença de uma “vontade” do querer e uma vontade “pura” da razão, em vista que, o querer é influenciado pela natureza e experiências, assim sendo, o sujeito pode argumentar de forma favorável ao seu amor-próprio e “justificar” a necessidade de mentir em determinada situação, porém, não terá condições de fazê-lo por meio da racionalidade. Dado que, se

estabelecêssemos a mentira como uma espécie de lei universal, todo o significado de tal ação se perderia, pois, a mentira pode assegurar vantagem ou desvantagem ao sujeito somente dentro de uma sociedade que tenha a verdade como princípio universal. Isto é, a ação de mentir é contingente a situações da experiência e conseqüentemente sua “validade” sempre será subjetiva e condicionada ao resultado da ação, portanto, nunca universal e necessária, como se pretende a lei originada na racionalidade.

Nitidamente percebe-se a configuração conflituosa do ser humano disposto entre o querer do desejo e o querer do dever, porém, tal conflito existe somente em um sujeito ainda não formado concretamente, dado que, a partir do ponto onde o ser humano passa a reconhecer e valorizar o dever para consigo e os demais, a ação baseada na vontade pura é a única ação verdadeiramente tomada por ele, isto é, a vontade de fato, é agir segundo a lei acessada unicamente através da razão, que sempre visará uma premissa universal e necessária. Tal estrutura só é possível ao sujeito formado, dado que o mesmo tem condições de acessar a “lei moral” e em consonância a isso avaliar os princípios derivados dela.

Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios, ou: só ele tem uma vontade. Como para derivar as ações das leis é necessária a razão, a vontade não é outra coisa senão razão prática. Se a razão determina infalivelmente a vontade, as ações de um tal ser, que são conhecidas como objetivamente necessárias, são também subjetivamente necessárias, isto é, a vontade é a faculdade de escolher só aquilo que a razão, independentemente da inclinação, // reconhece como praticamente necessário, quer dizer como bom. (KANT, 2007, p. 47)

Agora que foi compreendido que tipo de moralidade o autor está buscando germinar no ser humano e como a vontade, regulada pelo imperativo categórico, terá o papel de representar na prática, a lei moral.

Cabe ainda, para elucidar tal ponto, um exemplo segundo Kant. É este o acerca da religião, logo que, até mesmo os mandamentos da religiosidade, só poderiam ter valor se se estabelecem na moralidade. Nas palavras do autor: “a lei divina deve aparecer ao mesmo tempo como lei natural¹⁹, pois que não é arbitrária. A religião adentra, pois, na moralidade” (KANT, 1999, p. 99). Logo que, só assim o sujeito estaria agindo por dever para si mesmo e a “Deus”, não porque lhe foi

¹⁹ Lei esta que se refere aqui especificamente a uma lei natural ao próprio indivíduo, ou seja, a lei que todo o indivíduo racional tem dentro de si, isto é, a lei moral.

inculcado temor ou promessas deste ser supremo, isto é, o valor moral não deve analisar as consequências positivas ou negativas provenientes do conteúdo de um princípio ou mandamento, mas sim, se aquele princípio se fundamenta na universalidade e se as ações provenientes deles são necessárias por si.

Mas não é preciso começar pela Teologia. A religião que estiver fundamentada unicamente na Teologia nada pode conter da moralidade. Nessa situação o homem terá apenas, de um lado, temor, e de outro, intenção e vontade de ser premiado; o que provocará um culto supersticioso. A moral deve, portanto, preceder; a Teologia deve seguir aquela; isto é religião. (KANT, 1999, p. 99)

Dito isso, todo mandamento, tem valor moral se participa da moralidade e não por se originar em dogmas teológicos, como o exemplo a seguir:

E sem dúvida também assim que se devem entender os passos da Escritura em que se ordena que amemos o próximo, mesmo o nosso inimigo. Pois que o amor enquanto inclinação não pode ser ordenado, mas o bem-fazer por dever, mesmo que a isso não sejamos levados por nenhuma inclinação e até se oponha a ele uma aversão natural e invencível, é amor prático e não patológico, que reside na vontade e não na tendência da sensibilidade, em princípios de ação e não em compaixão lânguida. E só esse amor é que pode ser ordenado. (KANT, 2007, p. 30)

A partir deste exemplo, fica evidenciada a importância de reconhecer o valor intrínseco que há em toda ação, ou seja, o agir por dever; seguindo verdadeiramente a vontade; ultrapassando qualquer tipo de influência do desejo é elevar o sujeito ao seu destino, é permiti-lo, mesmo que a “contragosto”, usufruir de sua liberdade.

O que resta explicar acerca deste modelo singular de moralidade, é o fato do sujeito kantiano ser considerado autônomo quando segue a “lei moral”.

Portanto, é necessário a compreensão da origem desta lei que o sujeito deve seguir, lei essa que se origina dentro de sua razão e nunca fora dela, isto é, Kant não está a falar de um sujeito que segue as leis da sociedade apenas, evidentemente tem-se o respeito às leis e o dever de segui-las, mas em tal paradigma, ainda estamos a tratar de prudência, pois toda lei externa ao sujeito, por melhor que possa parecer, ainda é uma representação, distante, daquilo que o autor chamará de lei moral. Falando de outra forma, toda a “lei” civil ou religiosa é uma tentativa de se expressar a lei moral e cabe ao próprio sujeito, quando bem formado avaliá-la segundo a “própria” lei moral, ou seja, examiná-la a partir da racionalidade e verificando se a vontade de a realizar é pelo dever para consigo e toda a humanidade, isto é, o compromisso inegociável com a ideia de dignidade humana.

Assim sendo o sujeito quando em posse de sua autonomia:

Ele tem o dever de se colocar a serviço da inteira humanidade, sempre vendo o outro como fim em si mesmo. Perceber-se como membro da humanidade é perceber, ao mesmo tempo, que todos os outros são dignos de reconhecimento como fins em si. (PINHEIRO, 2009, p. 40)

Justamente por este compromisso para com toda a humanidade que a formação moral do ser humano não pode considerá-lo somente indivíduo, mas sim, julgá-lo enquanto sujeito. Falando de outra forma, há no projeto pedagógico kantiano uma valorização do ser humano enquanto único e individual e conseqüentemente a moral trata-se de autonomia. Entretanto, deve-se perceber que tal ser conseguirá alcançar a sua “finalidade”, se e somente se, por meio de sua própria consciência singular reconhecer que ele está inserido dentro da ideia de humanidade, ou seja, ele partilha tal condição com todos os outros seres dotados de racionalidade, assim sendo, tem em si mesmo as condições de “extrair” o valor inviolável de preservar a vida humana. E é exatamente sobre tal resultado que deve repousar o sucesso ou fracasso de todo projeto educacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolver desta pesquisa buscou-se apresentar as contribuições de Kant no campo da educação, logo, tal trabalho buscou investigar a existência de um projeto educacional no pensamento kantiano e constatou-se que a obra *Sobre a pedagogia* apresenta de forma sistematizada uma organização para assegurar o encaminhar do ser humano. Portanto, é correto afirmar que Kant estruturou um projeto educacional com o intuito de auxiliar todo indivíduo a se desenvolver alinhado às suas condições naturais. Assim sendo, tal projeto pedagógico poderia ser um “caminho” seguro para a formação humana, logo que, se tal modelo fosse aplicado teria como objetivo habilitar o ser humano para ser sujeito preparado para contribuir ativamente com a sociedade.

Para bem encaminhar a explicação, fez-se necessário conceituar primeiramente a própria ideia de ser humano para o pensador prussiano. Nessa questão, estabeleceu-se que o indivíduo possui uma natureza complexa, que pode contribuir positiva ou negativamente para sua formação. Entretanto, dentro dessa mesma natureza existe uma estrutura singular e exclusiva da espécie humana: a razão.

Melhor dizendo, Kant estabelece a racionalidade como elemento essencial e unificador da espécie humana. É precisamente esta estrutura racional que nos confere dignidade, ao mesmo tempo que nos torna responsáveis por assegurar a defesa de tal conceito. Conseqüentemente, é perceptível a necessidade de formação adequada do sujeito, em resposta que, quando não é bem orientado, coloca o ser humano em uma posição limitante de seu próprio potencial. Assim sendo, é imperativo o educar adequado de toda a humanidade.

Logo, deixar a educação ocorrer de forma livre e despreocupada, muito provavelmente, incidiria em erros e em seres sem condições de agirem por si, ou seja, entende-se que não cabe qualquer tipo de educação ou que ela ocorra de maneira simplória e mecânica, logo, na tentativa de evitar modelos impróprios de educação o pensador organiza etapas e ferramentas para bem formar o sujeito. Assim sendo, o autor parte da estrutura básica do ser humano, que para ele são as inclinações do indivíduo de realizar os seus desejos sem preocupação “racional” para consigo ou os demais. Na pretensão de controlar essa “configuração” Kant apresentou a “disciplina” como primeira ferramenta de controle dos desejos e

inclinações, isto é, a educação deve primeiramente germinar no indivíduo o ato de disciplinar-se, que inicialmente parte do controle imposto pelos outros e por meio do hábito o indivíduo aprende a se regular, mesmo que o faça sem entender verdadeiramente os motivos para o seu agir. Exatamente sobre essa falta de “auto entendimento”, que não basta ao ser humano ser apenas disciplinado, logo que, apenas essa ferramenta não permite avaliar suas ações e as dos demais, e como foi apresentado, Kant visualiza um indivíduo como pertencente a uma sociedade e este deve ter condições de avaliar as ações que ocorrem em seu meio.

Em conformidade, a pretensão de gerar no sujeito um princípio que possa vir a ser sua “pedra de toque” no teste de sua vontade é necessariamente o que inviabiliza tanto a disciplina quanto as demais etapas do educar de ocuparem o local, do que Kant chamou de “lei moral”, logo que somente uma máxima originada exclusivamente na razão e com a pretensão de assegurar a dignidade de toda a humanidade serviria como alicerce do sujeito moral. Ou seja, para compreender o ser humano enquanto sujeito formado, não basta que ele possua: disciplina, habilidades e prudência. Elas não viabilizam uma ação com valor moral, pois, tal valor só pode ser encontrado no e pelo próprio sujeito, e ambas as três etapas estão limitadas à contingência do querer humano. Consequentemente cabe a moralidade o reconhecimento verdadeiro de tal valor.

Inferiu-se que o conteúdo a que se pretende a lei moral, que é perceptível por meio da formação humana adequada, é indissociavelmente voltada à humanidade, ou seja, mesmo que pretenda-se formar individualmente o ser humano, isto é, levando em consideração as condições específicas de cada um e ao mesmo tempo aquilo que é especificamente definidor do coletivo, o resultado gerado é impactante, não apenas por permitir ao sujeito sua autonomia, mas mais importantemente pelas implicações desta autonomia na sociedade. Logo é preciso afirmar que a moral a qual o autor visa estabelecer é da forma que é para assegurar a atuação política.

Em vista disso, ficou demarcado que para ocorrer o desenvolvimento do ser humano, seja no sentido de melhora ou não, depende da sociedade que o sujeito está inserido. Falando de outra forma, pode-se perceber que o sucesso de qualquer sociedade depende incontestavelmente dos indivíduos que a constituem e em simultâneo o sucesso de cada indivíduo em elevar-se ao máximo das suas condições naturais depende da sociedade da qual ele participa, dado que é esta

sociedade que o forma. Ou seja, o autor compreende que a educação é construída necessariamente no cerne da própria sociedade, em vista que todo sujeito depende de outro para se formar. Entretanto é necessário que estes outros, ou melhor dizendo, estes “tutores” não empreendam formar seus “tutelados” em um estado fixo de seres domesticados unicamente, mas sim, viabilizar que as potencialidades da espécie humana floresçam em conformidade à sua natureza. A necessidade de o sujeito conquistar seu potencial é imperativa para Kant, conseqüentemente ele postula a educação como condição segura para formar estes sujeitos. Vê-se então que somente um projeto educacional que permita ao ser humano se desenvolver em conformidade a si mesmo garantiria que a sociedade siga o mesmo caminho. Portanto, é necessária a existência de um projeto educacional a toda sociedade que pretenda verdadeiramente formar seus cidadãos, logo que o indivíduo depende da orientação de outros para criar as condições necessárias de torná-los independentes, ou seja, que a educação germine no ser humano a busca incessante por tornarem-se morais, evidentemente não seguidores de qualquer moral, mas a moral que todo o ser racional tem condições de possuir, isto é, a moral que se origina da racionalidade, que existe dentro de todo ser racional e é acessível a todo ser humano que pretende verdadeiramente alcançar a “conquista de si”, a liberdade no sentido kantiano, ou seja, sua autonomia.

Assim sendo, Kant interpõe a educação como a possibilidade de aprimoramento desta dinâmica, logo que o empreendimento pedagógico do filósofo visa no aspecto individual, a formação de indivíduos que tenham condições de alcançar sua destinação que é a autonomia e em simultâneo, no coletivo, o sujeito estará formado para a sociedade que está a “vir” e não limitado à sociedade como ela é.

Portanto, faz-se necessária uma educação enquanto arte, enquanto projeto que não se empreenda exclusivamente a um repetir etapas, mas sim se aprimorar e desenvolver junto a própria humanidade. É exatamente sobre a ideia de humanidade, ou especificando, sobre a ideia de sociedade humana que visualizamos a pretensão de Kant acerca de seu projeto pedagógico. Na realidade é visível que o autor aspira não estabelecer ordenamentos para o educar, mas sim, toda a estrutura de formação do sujeito se faz direcionado à sua atuação social, ou seja, se busca formar um ser humano para a vida coletiva especificamente para assegurar o bem para toda a humanidade. Portanto, estabelecemos que a educação

kantiana é um projeto pedagógico político, pois sua construção é sim de um sujeito moralizado, mas o faz com pretensões de que tal sujeito participe ativamente de sua realidade, portanto, o desague de toda moralidade só se estabelecerá em concreto com a atuação política por parte de tal sujeito.

REFERÊNCIAS

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Trad. De Francisco Cock Fontanella. 2a ed. Editora Unimep, Piracicaba, 1999.

_____. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução Paulo Quintela. Edições 70. Lisboa. 2007

_____. **Crítica da Razão Prática**. Tradução Afonso Bertagnoli. Brasil Editora S.A. São Paulo, 2004.

_____. **Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?** Textos Seletos. Tradução Floriano de Sousa Fernandes. 3 ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. 2005. Pg. 63-71.

_____. **Ensinar a Pensar**. Texto retirado de “Anúncio do Programa do Semestre de Inverno de 1765-1766” da coletânea de textos Theoretical Philosophy, 1755-1770 (edição de David Walford e Ralf Merbote, Cambridge University Press), 1992, (Tradução: Desidério Murcho).

PINHEIRO, C. M. **A paz perpétua e a educação: uma análise sobre o projeto kantiano**. Conjecturas, v.14, n.3. Caxias do Sul. Set/dez, 2009. p. 31-52

OLIVEIRA, M. N. **A educação na ética kantiana**. Educação e pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 447-460, set/dez. 2004

ZATTI, V. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2007.

BECKENKAMP, J. Algo sobre a influencia de Rousseau na Formação da filosofia moral kantiana. **Ética e filosofia política, v.I, n.XXI**. Juiz de Fora, jul. 2018

FERREIRA, S. G. et al. **Abandono e Evasão Escolar no Brasil**. Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social. Rio de Janeiro, 2022. <<https://imdsbrasil.org/wp-content/uploads/2023/11/ImdsNT001-2022-AbandonoEvasaoEscolarBrasil.pdf>> Acessado em 27/04/2025.